

O MOVIMENTO PELA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE SÃO PEDRO - CASTANHAL/ PARÁ

THE MOVEMENT FOR THE IMPLEMENTATION OF THE QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION IN THE COMMUNITY OF SÃO PEDRO –CASTANHAL/PARÁ

 <https://orcid.org/0000-0002-6282-0675> Rosilândia de Souza Rodrigues^A

 <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387> Genylton Odilon Rêgo da Rocha^B

^A Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

^B Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Recebido em: 28 fev. 2023 | Aceito em: 24 jul. 2023

Correspondência: Rosilândia de Souza Rodrigues (rosi.souza2525@gmail.com)

Resumo

O presente artigo analisa o movimento pela implementação da educação escolar quilombola na comunidade de remanescentes do quilombo de São Pedro, localizado no município de Castanhal, no Pará. A pesquisa aborda o processo pelo qual se deu a luta do movimento quilombola na comunidade em busca de uma educação escolar diferenciada, ou seja, de uma educação efetivamente quilombola. O objetivo do trabalho é verificar a mobilização para a consolidação da educação escolar na comunidade feita pelos remanescentes do quilombo na região mencionada. Para isso, realizou-se a análise de documentos produzidos pelo grupo, especialmente do dossiê produzido por professores da escola que funciona no local. Esse documento foi acessado por meio da realização da pesquisa de mestrado, que é desenvolvida em São Pedro e que tem como tema o currículo para a educação escolar quilombola. O referencial teórico utilizado é composto por autores como Gonçalves; Silva (2000) e Gomes (2017), que discutem acerca do movimento negro; Almeida (2011) e Moura (1993), que discorrem sobre quilombo; Brandão (1995), Santos (2007) e Freire (2019), que debatem educação; e Arruti (2017) e Moura (2007), que se debruçam sobre a educação escolar quilombola. Os resultados apontam que, embora permeada por lutas e muitos desafios, a educação escolar quilombola em São Pedro vem sendo concretizada, constituindo-se como um projeto em construção.

Palavras-chave: Movimento Negro Quilombola; Comunidade quilombola São Pedro; Educação Escolar Quilombola.

Abstract

The present article analyses the movement for the implementation of the quilombola school education for the community of remnants of São Pedro's quilombo, located in Castanhal, in the state of Pará. The research addresses the process of how the fight of the quilombola movement of the community of São Pedro took place in the search for a differentiated school education, meaning, for a school education that is effectively quilombola. The goal of this research was to analyse mobilization for the consolidation of the quilombola school education for the community of quilombola remnants of said community in said community. In order to do that, an analysis was made of documents produced by the group, specially on the dossier produced by the professors of the local school. This document was accessed because of the realization of the Master's degree research that is being developed in the community of São Pedro and that has as its main subject the curriculum for the quilombola's school education. The theoretical frame of reference is composed by authors



such as Gonçalves; Silva (2000) and Gomes (2017) who discuss the circumstances of the black movement; Almeida (2011) and Moura (1993) who speak about quilombo; Brandão (1995), Santos (2007) and Freire (2019) who debate about education; Arruti (2017) and Moura (2007) who look into the matter of the quilombola school education. The results point that even though surrounded by struggles and many challenges, the quilombola school education in São Pedro is being implemented, therefore, it is considered a work in progress.

Keywords: Quilombola Black Movement; Quilombola Community of São Pedro; Quilombola School Education

Introdução

A escola tem um papel fundamental para os moradores dos quilombos contemporâneos, mas eles desejam uma escola sua, da comunidade, onde suas diferenças sejam respeitadas.

(Glória Moura, 2007, p. 6)

A escravidão africana relegou os sujeitos negros à margem, inclusive dos espaços escolares, a partir do momento em que os escravizados foram proibidos de acessar a escola e obter uma educação formalizada. Apesar das limitações impostas, sabe-se que houve resistência das mais variadas maneiras por parte daqueles que tiveram o direito de existir livremente roubado, o que ocasionou nas lutas em prol de acesso ao conhecimento formal, principalmente através do movimento negro atuante desde o período escravista.

O ato de resistir e acessar o ensino, o conhecimento convencional, também fez parte da vida da população negra na condição de escravizada. Como os negros eram impedidos de adentrar nos espaços escolares, o movimento negro, por meio de sua organização, garantia o saber formal aos escravizados, já que essa era a “porta de entrada” para a inserção social, conforme Gonçalves; Silva (2000) asseguram. Dessa maneira, não podemos deixar de reconhecer a importância e o protagonismo desse movimento que por si só é educador (GOMES, 2017).

O movimento quilombola aprendeu com seus ancestrais que é preciso continuar a lutar, pois sabe-se que a subalternização relegada aos negros não teve fim com a abolição da escravatura. Assim, é preciso que haja constante atividade em prol de reconhecimento e conquistas de direitos, especialmente de uma educação escolar que garanta aos quilombolas consciência de suas condições enquanto oprimidos e lhes forneça meios e mecanismos para superar tal condição.

Sabemos que os quilombolas são atores principais na trajetória de lutas e conquistas de direitos dessa população, sobretudo em relação à educação, visto que, sem a atuação desse movimento as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, não teriam sido construídas, tampouco estabelecidas, além de várias outras conquistas que têm assegurado o direito à educação de qualidade e socialmente referenciada para esse grupo. A luta por uma educação escolar e por um currículo diferenciado há muito tempo faz parte das demandas do movimento. Uma educação que dê visibilidade à luta dos que vivem nestes territórios, que reconheça o papel e a importância do movimento e, ainda, que legitime a contribuição do povo negro para a construção da sociedade brasileira e agregue para o fortalecimento de suas identidades.

É, portanto, por conta de considerar todo o potencial e protagonismo do movimento negro e quilombola em relação à luta e à garantia de direitos para a sua população, especificamente em relação aos direitos educacionais, que procuramos saber como se deu a luta do movimento na comunidade São Pedro em busca de uma educação escolar diferenciada, ou seja, de uma educação que considere todas as singularidades dessa população. Assim, temos por objetivo analisar como ocorreu essa mobilização na comunidade dos remanescentes desse quilombo. A área fica localizada na zona rural, a dezesseis quilômetros do município de Castanhal, cidade situada na região norte do país, no Estado do Pará, mais especificamente no nordeste paraense.

A justificativa para pesquisar e escrever sobre a educação escolar na comunidade dos remanescentes de quilombos São Pedro está relacionada ao pertencimento de uma das pesquisadoras à comunidade. Torna-se relevante, também, o fato dela ter atuado como professora na escola por quase três anos. Além disso, é importante buscar e publicizar, não somente na academia, mas em toda a sociedade, conhecimentos sobre o movimento negro quilombola, além de ressaltar suas lutas, conquistas e seu protagonismo.

Para além desta primeira seção, de caráter introdutório, estão organizados mais três pontos, com o intuito de apresentar os resultados alcançados com nosso estudo. São eles: o segundo, que trata dos materiais e métodos adotados na pesquisa; o terceiro, no qual discorre-se sobre quilombos contemporâneos e educação, além de apresentar resumidamente a luta da população quilombola em prol de uma educação escolar diferenciada; e o quarto tópico, em que os resultados são apresentados e as discussões são realizadas.

Materiais e métodos

O estudo realizado lançou mão da análise documental, principalmente de um dossiê intitulado “Dossiê em prol do desmembramento da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Quilombola Fernando Nunes Rodrigues da escola sede municipal de Educação e Ensino Fundamental Paulo Freire”. O documento foi construído por funcionários da escola de São Pedro, particularmente pelos professores, entre quilombolas e não quilombolas. Esses escritos discorrem sobre a história da educação em São Pedro, assim como relatam a luta da comunidade na busca por uma educação escolar quilombola. O documento foi organizado e apresentado às autoridades do município de Castanhal, como a Secretaria de Educação, e visou à autonomia da escola no referido território. Para além do dossiê, foram levantados e analisados outros documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, instituída através da Resolução nº 08/2012.

Compreendemos que tanto o dossiê construído pelos professores da escola de São Pedro como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola não são documentos neutros, mas sim políticos, que têm o objetivo de instaurar políticas diferenciadas em meio a um contexto universal. Deve-se ressaltar, ainda, que este estudo é parte constituinte da pesquisa de mestrado¹, cujo tema aborda o currículo da educação escolar quilombola e a comunidade São Pedro como lócus da investigação.

Quilombos contemporâneos e educação

Como é de conhecimento geral, a educação perpassa por todos os espaços e afeta todos os sujeitos humanos, independentemente do lugar onde estejam inseridos, conforme Brandão (1995). Assim sendo, ela também se faz presente nos quilombos contemporâneos e está caracterizada na cultura, nos saberes e nas práticas dos indivíduos que compõem esses territórios. Os quilombos contemporâneos são resultado da resistência de mulheres e homens negros que foram brutalmente arrancados de suas terras, particularmente localizadas no continente africano, e transportados para outras, como o Brasil, na condição de escravizados pelos seus opressores. No entanto, eles criaram várias estratégias de enfrentamento com o intuito de escapar de seus colonizadores e obter a liberdade. Em conformidade com isso, Moura destaca que:

¹ A pesquisa tem como título provisório “Práticas curriculares implementadas por professores de escola quilombola a partir de suas participações em ciclos de estudo e reflexão”. Esta é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, na linha de pesquisa Currículo da Escola Básica, no Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do professor doutor Genylton Odilon Rêgo da Rocha. A pesquisa conta com o financiamento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

Devemos dizer, para se ter uma ótica do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. (1993, p. 13)

Diante disso, pode-se notar que muitos foram os meios através dos quais os seres humanos negros escravizados protestaram em prol da libertação de seus corpos e de sua humanidade. Os atos de resistência e manifestos foram tão eficazes que os quilombos não desapareceram com o fim da escravidão, fazendo-se presentes na sociedade atual.

Muitas são as definições usadas para designar os antigos e os modernos quilombos, ou as comunidades quilombolas. Como Almeida (2011), partimos da ideia de que o que interessa é a maneira como os próprios quilombolas definem-se e não a maneira como foram ou são definidos, porque, na maioria das vezes, são definições racistas, que reforçam estereótipos a respeito de quem são e de como são vistos. Por isso, o melhor e mais importante conceito de quilombo, de quilombola e comunidade quilombola é aquele que parte dos próprios sujeitos que compõem os territórios; logo,

O importante aqui não é tanto como as agências definem ou como uma ONG define ou como um partido político define, mas sim como os próprios sujeitos se autorepresentam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade. Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos a partir dos próprios conflitos pelos próprios sujeitos e não necessariamente aqueles produtos de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes. (ALMEIDA, 2011, p.79)

O ato de denominar, definir os territórios e os sujeitos quilombolas está intrinsecamente relacionado à maneira como esses espaços e seus cidadãos são vistos na sociedade, uma vez que são tidos como sujeitos sem conhecimento, selvagens e, por que não dizer, inumanos. Eles foram colocados, conforme aponta Santos (2007), do outro lado da linha, espaço ocupado pelos incultos, carentes de conhecimento e cultura. Chegou-se, dentre tantos absurdos, ao ponto de o grupo dos favorecidos, “superiores” e “cultos” – que ocupam o lado oposto da linha – pensar e construir os conhecimentos sob seus moldes, já que outros sujeitos foram considerados incapazes para tal tarefa. Santos (2007) destaca que os colonizados atuais, além de não se reconhecerem e se aceitarem do outro da linha, têm ocupado espaços privilegiados, espaços que incomodam os colonizadores.

Como os descendentes de quilombos reconhecem-se como sujeitos de saberes, eles almejam que seus conhecimentos sejam legitimados e tornados visíveis para a sociedade. Por conta disso, lutam por uma escola, por um currículo e um ensino que valorize e protagonize suas identidades e seus conhecimentos, pois não aceitam mais esse ensino universal, que

muitas vezes os desconsideram. Querem uma educação que respeite sua pedagogia, uma escola e um ensino alinhados às suas realidades e especificidades, visto que,

(...) em sua diversidade de ações, lutas por humanização/emancipação se afirmam sujeitos centrais na afirmação/fortalecimento das pedagogias de libertação, logo sujeitos de contestação/desestabilização das pedagogias hegemônicas de desumanização/subordinação” (ARROYO, 2012, p. 5)

Por isso, a população quilombola engajou-se na luta por uma educação escolar que enxergue os territórios quilombolas como lugar de conhecimento, por um currículo que priorize seus saberes e um ensino que reflita suas identidades. E é sobre essa luta que já trilhou algumas conquistas, porém ainda em curso, que iremos discorrer na próxima subseção.

A luta da população negra e quilombola em prol de uma educação escolar diferenciada

A educação escolar é um direito que a população negra, na condição de escrava, não desfrutava, pois, como era vista como inumana e seus algozes queriam mantê-la na condição de serviçal, não precisava ser escolarizada. Geralmente, era reservado para a grande maioria desses sujeitos unicamente o trabalho braçal. Os não negros difundiam a ideia de que a escola seria um lugar para pessoas e não para animais, limitando e impedindo a ocupação deste espaço, já que eram vistos e tratados dessa forma. Inclusive, manter os negros fora das escolas era algo assegurado por lei.

É interessante destacar que essa população, não se reconhecendo da forma como eram rotulados, criava estratégias para acessar uma educação formalizada, conforme enfatiza Cruz (2005, p. 28) ao afirmar que “no que diz respeito ao esforço específico do grupo em se apropriar dos saberes formais exigidos socialmente, mesmo quando as políticas públicas não os contemplavam, fica patente a criação de escolas pelos próprios negros”. Outrossim, acrescenta Gonçalves; Silva (2000, p. 140) que “foram as entidades negras que, na ausência dessas políticas, passaram a oferecer escolas visando a alfabetizar os adultos e promover uma formação mais completa para as crianças negras”.

A partir disso, é possível compreender que a organização dos negros na luta por acesso a uma educação digna e de qualidade não é recente, sendo o movimento negro dono de uma trajetória histórica de lutas e resistências. Quanto a esse respeito:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de

valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2017, p. 23 e 24)

Compõem o Movimento Negro todos aqueles que admitem a existência do racismo na sociedade e o enfrentam no intuito de que as desigualdades raciais sejam suplantadas e as pessoas negras alcancem a dignidade que lhes foi arrancada. Dessa forma, o movimento enxerga na educação, assim como em tantas outras pautas de luta, possibilidades de conquistar uma vida mais digna para a população negra. Por isso, desde o período da escravidão se mantém resistente, lutando por uma educação escolar que acolha, reconheça a existência e trate os indivíduos negros como sujeitos de conhecimentos. Nesse sentido, conforme já explicitado, Santos (2007) enfatiza que, apesar de estes serem vistos como selvagens, incultos e carentes de conhecimento, eles não se reconhecem dessa maneira.

Como reafirmam-se sujeitos de saberes, organizaram-se em grupos. Primeiro para ter acesso ao saber formal, já que precisavam se apropriar dele para serem incluídos na sociedade; depois para conquistar escolas, currículos e um ensino que visibilizasse suas lutas, tratassem-nos como protagonistas e, sobretudo, como produtores de conhecimentos.

As políticas educacionais antes da Lei nº 10.639/2003 não se referiam diretamente às pessoas negras. Esse grupo sempre esteve à margem, principalmente dos currículos. Essa referência só chegou em 2003, a partir da referida lei, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. Ressalta-se que essa norma é fruto da luta constante e incansável do Movimento Negro na busca por uma educação pensada a partir da camada negra.

Foi também no início do terceiro milênio que uma demanda educacional do Movimento Negro desde os anos de 1980 foi finalmente contemplada. Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03, incluindo os artigos 26-A e 79-B da LDB e tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamental e Médio (GOMES, 2017, p. 36)

É possível afirmar, portanto, que, se não fosse a existência de um movimento negro, não teríamos avançado em relação às políticas públicas necessárias para essa população, sobretudo as ligadas ao âmbito educacional.

Com a conquista da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais em 2004, dentre outras legislações que, por mais que não estejam diretamente ligadas à educação dos negros, a ela estão associadas, pensou-se que todo o coletivo preto estava plenamente contemplado. Entretanto, o coletivo quilombola carecia ainda de políticas, sobretudo educacionais, que atendessem mais diretamente suas

especificidades, uma vez que é altamente equivocada a ideia de que todos os negros são iguais.

Desse modo, não se pode achar que há um único modelo de educação e de currículo para todos os coletivos negros, porque eles são diversos, possuem realidades específicas e vivências diferenciadas. Nesse sentido, o quilombo é um dos coletivos que busca reconhecimento e respeito por suas particularidades, inclusive através da educação escolar. Por isso, também se estabeleceram em movimento na luta por um ensino que parta de suas realidades e respeite suas pedagogias.

A respeito dessa busca, o Coletivo de educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (GIVÂNIA *et al.*, 2021, p. 15) afirma que “desde 1995, com a marcha dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, nós lutamos por uma educação escolar que respeite e valorize a história de nosso povo, por meio da formação docente, do material didático diferenciado e do piso salarial nacional”. Dessa maneira, é possível ratificar que há uma trajetória sólida do movimento negro quilombola em prol da educação escolar que almeja e acredita ser a ideal para o seu povo. Assim, após anos de lutas, em 2012, o movimento quilombola conquistou, a partir da Resolução nº 08/2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A resolução estabelece o ensino da Educação Escolar Quilombola, isto é, um ensino que se organize e se desenvolva a partir da realidade dos sujeitos e dos territórios dos quais fazem parte. De acordo com o documento, o ensino ministrado nas escolas deve fundamentar-se, informar-se e alimentar-se:

a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (BRASIL, 2012, p. 3)

Conforme a diretriz, o ensino da educação escolar quilombola deve levar em consideração uma educação de fato quilombola, ou seja, a educação produzida pelo grupo e pertencente ao quilombo, pois a vivência ali construída produz ensinamentos que formam seus integrantes, de maneira que não adentrem as escolas vazios de conhecimentos. Assim, é para que esses conhecimentos sejam reconhecidos e agregados no ensino que lutam por políticas curriculares diferenciadas, adequadas às suas realidades, visto que sabem que os currículos escolares são pensados a partir dos detentores de poder social, isto é, dos cultos e

produtores de conhecimento; logo, visam, na sua totalidade, a favorecer e visibilizar os grupos culturais preponderantes (SILVA, 2021).

Depois de todo o processo de resistência em busca de políticas curriculares diferenciadas, o movimento quilombola deparou-se com o problema de efetivação e prática desse currículo, considerando os diversos entraves que o movimento tem enfrentado no intuito de tornar a educação escolar quilombola uma realidade. Problemas que vão desde a ignorância de representantes de estados e municípios, que criam dificuldades para a implementação da resolução e permanecem tratando os sujeitos quilombolas como inexistentes, até a ausência de formação inicial e continuada de professores para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino, dentre outros obstáculos que podem ser observados.

Em razão do exposto, nos deteremos, na próxima seção, à análise da luta de uma comunidade remanescente de quilombo, localizado no Pará, para a implementação de uma educação escolar quilombola.

A luta da comunidade de São Pedro por uma educação escolar quilombola

São Pedro é uma comunidade quilombola que fica localizada na zona rural do município de Castanhal, no Estado do Pará. A área fica distante da sede do município a cerca de 16 quilômetros e conta com aproximadamente 94 famílias habitadas. Os moradores de São Pedro sobrevivem à base da agricultura, principalmente da produção da farinha de mandioca, mas atualmente a maioria dos moradores trabalha fora da comunidade em empresas privadas, e há também os moradores que são funcionários da prefeitura municipal e desenvolvem suas atividades na escola da comunidade.

A história da educação escolar em São Pedro é permeada por sacrifícios e muitos desafios. Os estudantes de São Pedro, até o ano de 2006, para terem acesso à educação formal, precisavam se locomover até a escola mais próxima, que fica no quilombo Menino Jesus, mais conhecido como Pitimandeuá. O local situa-se na zona campesina do município de Inhangapi, no nordeste do Estado do Pará. Pitimandeuá fica a, aproximadamente, três quilômetros de São Pedro.

Os alunos realizavam o trajeto até a escola de Pitimandeuá a pé, pois nesse período a maioria dos pais dos estudantes sequer possuíam bicicletas e não havia transporte escolar. No trajeto até a escola, os alunos atravessavam duas pontes improvisadas, construídas pelos

próprios moradores, sendo que, no período de inverno, com a subida dos rios, a força da água arrastava uma das pontes, impedindo o tráfego de pessoas e consequentemente a chegada dos alunos à escola, conforme os relatos da comunidade:

Durante esse período as dificuldades e sofrimentos para estudar eram enormes para nós quilombolas, porém a educação é a porta para o conhecimento que consequentemente é caminho para a liberdade. Nesse período de tempo os moradores já tinham colocado algumas peças de madeira para as pessoas atravessarem uma distância de 400 metros de água e igapó. Aconteceram muitas situações como: pessoas caindo na água e molhando todo seu material escolar, sofrimentos de fratura ocasionado por quedas, semanas sem ir para as aulas devido enchente nos rios. Para os alunos da EJA, a situação era ainda pior, pois costumavam passar a noite sem dormir por não terem como retornar para suas casas por conta de a água ter levado as peças de madeira que compunham a ponte. A maioria dos alunos não conseguiam chegar até o final de seus estudos, principalmente os alunos da EJA por necessidade de ajudar no trabalho da agricultura e no sustento da família (PROFESSORES DA ESCOLA DE SÃO PEDRO, 2022, p. 5)

O trecho acima relata as dificuldades que a população quilombola, singularmente a de São Pedro, enfrentou e ainda enfrenta para ter acesso ao saber escolarizado. Também expressa o quanto o povo quilombola tem consciência da importância do saber formal, e ainda o quanto são ignorados pelo poder público, pelo Estado que não os enxerga como sujeitos de direitos. Sobre tal situação, Almeida enfatiza que:

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (2019, p. 22)

Assim sendo, não interessa ao poder público se as condições de acesso escolar da população negra quilombola são adequadas, pois sabemos que o racismo impôs à negra e ao negro o lugar de subalternos na sociedade. Por conta disso, tentam invisibilizar a sociedade negra, porém ela está a todo momento afirmando sua presença na sociedade e lutando para ter acesso a políticas públicas que lhes são de direitos. O povo negro, ao lutar pelo reconhecimento de sua existência, presença e efetivação de seus direitos, demonstra sua consciência de que foi e é visto como subalterno, mas também demarca sua convicção de que não aceita esta condição e por isso luta para se libertar das opressões a que foi submetido. Como nos diz Freire:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da

libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de luta por ela. (2019, p. 42)

Então, os quilombolas, como grupo oprimido, estão cientes de suas opressões e de que, sem a consciência dessa condição, sem conhecimento da importância da luta, não há engajamento nela, tampouco libertação.

De acordo com as informações do documento produzido pelos professores da escola de São Pedro, no ano de 2022, os alunos deixaram de ser atendidos pela escola do município de Inhangapi em meados de 2003. Isso porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluiu que São Pedro pertencia ao município de Castanhal e não de Inhangapi, como acreditavam os moradores. Por conta disso, os dois municípios se recusaram, a partir daí, a prestar assistência aos moradores da comunidade, porque um atribuía a responsabilidade ao outro (PROFESSORES ESCOLA SÃO PEDRO, 2022).

Os quilombolas, assim como os demais negros, vivenciam, diariamente, os efeitos do racismo em uma sociedade estruturalmente racista (ALMEIDA, 2019). Mesmo existindo políticas e leis que asseguram direitos como acesso à saúde, regularização do território, educação, dentre outros, esses são direitos que, para serem garantidos, exigem luta diária e incansável por parte de quem quer, precisa e deve alcançá-los.

No início dos anos 2000, a comunidade São Pedro deu início a mais uma mobilização em busca de seus direitos. Em meio às dificuldades enfrentadas no quilombo, começaram a recorrer aos órgãos competentes como: Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Empresa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU), Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Movimento Negro, Programa Raízes, Fundação Curro Velho e Fundação Cultural Palmares (PROFESSORES ESCOLA SÃO PEDRO, 2022). Essa aliança da comunidade junto aos órgãos e grupos levou-os a compreender que, para ter o território reconhecido, e assim poder usufruir de direitos que lhes são assegurados, necessitavam da ajuda de outros movimentos e instituições, devido à consciência de que somente o movimento local não seria o suficiente, apesar de seu protagonismo. Era necessário, portanto, se aquilombar aqueles que também defendiam a causa e estavam relacionados à ela.

O art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”

(BRASIL, 1988). Para se chegar a essa conquista, porém, foi necessária uma grande organização e mobilização por parte das comunidades, a exemplo da criação de associações, obtenção de certidão de reconhecimento enquanto quilombolas e, ainda, pressão sobre o Estado para que providenciasse e entregasse o título definitivo do território. E isso nunca é uma tarefa fácil. Ressalta-se que a comunidade de São Pedro, até hoje, não recebeu seu título definitivo, não obstante toda a luta e reivindicação do grupo.

A luta pelo reconhecimento do território não está desvinculada da luta por acesso a políticas como as educacionais, pois, para se chegar à garantia de direitos, é necessário primeiramente garantir a existência do território enquanto quilombola. Este, por sua vez, não se limita simplesmente ao “espaço físico, e sim espaço de vivências culturais, de formação política e de partilha de saberes ancestrais” (SOUZA; SILVA, 2021, p. 33).

Em 2003, mesmo que o município de Castanhal não reconhecesse a comunidade de São Pedro como sua integrante – apesar de o IBGE garantir esse vínculo –, os alunos da comunidade foram transferidos pelos seus responsáveis para escolas da Cidade Modelo, como é conhecida. Contudo, essas instituições nunca buscaram conhecer sobre o pertencimento étnico dos alunos. Logo, o desenvolvimento do ensino garantido aos alunos nestas escolas não tinha nenhuma relação com a realidade e vivência deles. Isso nos remete a Moura, quando diz que:

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e informal e, no segundo, o saber não está referenciado na experiência do aluno. (2005, p.71)

Consolidou-se, então, um ensino sem consonância com o cotidiano, com as práticas e as epistemologias do quilombo e dos quilombolas.

Para que os estudantes quilombolas pudessem ingressar nas escolas de Castanhal, os representantes da comunidade São Pedro recorreram ao poder público municipal, que garantiu transporte escolar para locomover cerca de 23 alunos de 1ª a 4ª série, à época. “Em 2003, já como resultado de reuniões posteriores e reivindicações, foi garantida a entrada de ônibus escolar que buscava nossas crianças às 5h e 30min da manhã, retornando às 13h da tarde.” (PROFESSORES DA ESCOLA DE SÃO PEDRO, 2022, p. 6).

Aqui é possível perceber a violência com que as crianças, alunos da comunidade São Pedro tiveram que lidar para acessar uma educação escolarizada. Sendo assim, por que não garantir a esses estudantes um ensino nas suas próprias comunidades? Porém, a diretriz que

assegura esse direito aos quilombolas e na qual a comunidade poderia se apoiar só foi estabelecida em 2012, a partir da Resolução nº 08/2012, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola. Essa conquista só foi concretizada após muita persistência do movimento quilombola.

A educação escolar em São Pedro passou a ser ofertada a partir de 2006, sendo que, de início, a escola era apenas uma sala de aula anexa à outra escola, também localizada no campo. As aulas ocorriam no prédio da igreja evangélica da comunidade, porém, devido as crianças riscarem as paredes, tornou-se inviável a continuação das aulas no prédio, em razão das reclamações feitas pelos responsáveis da instituição religiosa. Depois disso, a sala de aula passou a ser a casa de um morador local, o Senhor Pedro Cirilo Rodrigues, que era o patriarca da comunidade, hoje já falecido. Com o passar dos anos, os associados da Associação dos Remanescentes de Quilombos São Pedro reuniram-se e construíram um barracão onde, além de serem realizadas as reuniões, passou a funcionar, também, a escola. As condições eram muito precárias, pois não havia paredes, o chão era “batido”, e eram inexistentes outras dependências. Há relatos de que quando chovia era necessário interromper a aula, pois molhava tudo, inclusive os alunos (PROFESSORES DA ESCOLA DE SÃO PEDRO, 2022).

Nesse período, eram atendidas crianças de primeira à quarta série, em turmas de ensino multisseriado. Hage (2014) destaca que turmas multisseriadas são compostas por alunos com idades distintas que cursam séries diferentes uns dos outros, com atendimento por um único docente. Assim, a multisseriação é apontada por muitos, sobretudo pelos próprios docentes atuantes nessas turmas, como um fator problemático no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, visto que não podemos perder de vista que os professores são formados para trabalhar com turmas homogêneas e não heterogêneas. O próprio Hage realizou pesquisas que comprovam tal afirmação.

Essa situação à qual os alunos da comunidade foram submetidos exemplifica a lógica perversa de que, para os quilombolas, qualquer escola e ensino servem. Além disso, esse ensino permanece sendo aquele que lhes mantém na condição de colonizados e oprimidos. É por conta disso que, muitas vezes, “as escolas existentes nos povoados quilombolas, assim como o nível de formação do quadro de professores que as compõem, estão aquém das aspirações das populações locais” (PINTO, 2006, p. 282). A partir disso, é possível afirmar que as escolas dos quilombos, em sua grande maioria, apresentam uma estrutura e infraestrutura precárias, uma vez que não possuem subsídios que colaborem para o

desenvolvimento de um ensino de qualidade. De fato, são escolas invisibilizadas pelo poder público.

Ainda no ano de 2006, após a realização de uma reportagem produzida por um jornal local de Castanhal na comunidade São Pedro, solicitada pelos moradores, o município reconheceu oficialmente o coletivo como seu integrante. A partir da reportagem intitulada “A colônia quilombola que Castanhal não conhecia” (ESCOLA DA COMUNIDADE SÃO PEDRO, 2022), São Pedro tornou-se conhecida do povo castanhalense, especialmente do poder público municipal, que era o alvo maior da comunidade, pois precisavam ter conhecimento sobre as autoridades. Estas, por sua vez, também precisavam reconhecê-los e afirmá-los, para que, assim, pudessem reclamar por seus direitos. A busca de São Pedro pelo reconhecimento de Castanhal foi um meio de dizer às autoridades: “Nós existimos, nós estamos aqui, compomos essa sociedade também. Temos e queremos o direito de poder existir”. São os invisibilizados afirmando suas existências (ARROYO, 2014).

A luta de São Pedro continuou e, em 2007, a comunidade recebeu da Fundação Cultural Palmares a certidão de reconhecimento como remanescente de quilombos. A partir desse momento, ainda que de maneira paulatina, a situação começou a progredir, não sem luta e resistência. Resistência de ambas as partes, inclusive daqueles que deveriam garantir políticas públicas e direitos. Dessa forma, o povo quilombola teve consciência de que sem obstinação não há garantia de direitos nem a efetivação deles.

Assim, em 2008 o prédio escolar da comunidade foi entregue aos alunos e moradores. No entanto, a escola era simplesmente um espaço localizado no território, com um ensino sem harmonia com a realidade dos alunos e da comunidade. Esse espaço era anexo a uma outra escola também localizada no campo, porém com uma pedagogia diferente da que se pretendia empregar no quilombo. A escola não possuía sequer um Projeto Político Pedagógico (PPP), muito menos era reconhecida como uma escola de fato quilombola. Diante dessa situação, São Pedro, após ter sido reconhecida como território quilombola, almejava também ter um espaço que pertencesse a eles, bem como um ensino e um currículo do qual fossem protagonistas. Concordamos com Moura (2007, p.6) quando frisa que “a escola tem um papel fundamental para os moradores dos quilombos contemporâneos, mas eles desejam uma escola sua, da comunidade, onde suas diferenças sejam respeitadas”.

Dessa maneira, a comunidade engajou-se na luta, protagonizada principalmente pelo professor Fernando Feitosa Rodrigues², sendo ele filho do quilombo que buscava uma educação escolar adequada e um ensino que tenha como parâmetro primordial o território. Por conta da pressão da comunidade por um currículo diferenciado para o desenvolvimento do ensino quilombola, passou a ser realizado o Seminário Municipal de Educação Escolar Quilombola nos territórios quilombolas, pois, além de São Pedro, Castanhal possui ainda outro quilombo. O primeiro seminário foi realizado em 2018 e o segundo em 2019 na comunidade São Pedro.

Vale frisar que, em 2018, devido a um processo incansável de reivindicação dos moradores de São Pedro, a escola da comunidade passou a ofertar Educação Infantil. É uma grande conquista considerando que os alunos, antes disso, eram transportados para outra escola e alguns passavam mal durante a viagem, de maneira que muitos não chegavam a concluir o ano letivo por conta destes e outros problemas.

Ainda em 2018, a escola deu início, com a participação da comunidade, à construção do Projeto Político Pedagógico Quilombola (PPPQ), visando assim a obter um PPPQ que refletisse a identidade da escola e consequentemente da comunidade como um todo. Antes disso, o Projeto Político Pedagógico vigente era o que pertencia à escola pólo, sendo alheio à realidade da comunidade, da escola e dos alunos enquanto quilombolas. De acordo com Aires; Leite (2018, p. 135) “o PPPQ deve ser propositivo, no sentido de intensificar as questões do conhecimento da história da comunidade e relacioná-la à cultura afro-brasileira e africana”.

A partir da realização dos seminários e outros debates gerados pelo engajamento da comunidade, a escola foi reconhecida em julho de 2020, a partir da Lei municipal nº 015/2020, como quilombola. Entretanto, os quilombolas de São Pedro queriam bem mais que uma escola com a simples denominação de “quilombola”. Eles queriam uma escola com a pedagogia do quilombo. Isso significa que queriam uma escola que desenvolvesse o ensino praticado a partir da realidade deles, levando em consideração seus saberes, sua cultura, seus costumes, enfim, a vivência da comunidade. Essa demanda vai ao encontro do que preconiza Nunes:

A comunidade, unanimemente, afirma que precisa de um outro modelo de escola, ou melhor, de uma escola dentro do quilombo, onde crianças, jovens e adultos possam

² Fernando é filho e morador do Quilombo São Pedro. Ele foi por bastante tempo o único professor quilombola a atuar na escola. É o protagonista da luta por uma educação escolar quilombola na comunidade.

estar estudando e aprendendo um pouco mais. Entendem que essa escola deva ser informatizada, com tudo que é moderno, de modo que tenham acesso a todos os recursos que podem fazer do lugar onde residem um lugar mais próspero possível. A escola tem que servir para dar prosseguimento a tudo aquilo que eles estão lutando; a escola tem que, primeiramente, acolher uma proposta que lhes permita viver em sociedade - na diferença e também na igualdade - uma escola antirracista (2006, p. 359)

Portanto, uma escola que, para além de reconhecer a existência do racismo na sociedade, constrói ferramentas que a auxilie no enfrentamento desse fenômeno e trabalha no intuito de destruí-lo. Em consonância com isso, um ensino que não exclua os conhecimentos e saberes que não pertençam ao quilombo, pois esses também são importantes, mas que sejam agregados, desenvolvidos a partir daqueles que os alunos já dominam porque lhes pertencem, fazem parte de suas vidas. Como nos indaga Freire (1996, p. 17), “por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?”.

São necessários tantos outros questionamentos se quisermos uma escola, um currículo e um ensino quilombola. Faz-se necessário questionar, dentre outras questões, por que não aliar o ensino à resistência e ao protagonismo da população quilombola na busca por políticas de saúde, educação, saneamento e tantos outros? Por que não discutir com os estudantes quilombolas o descaso do Estado e do poder público com comunidades tidas como minoritárias e inferiores?

A comunidade de São Pedro sabia que para ter um ensino que partisse de sua realidade e de sua experiência precisava de um currículo diferenciado, que respeitasse e valorizasse suas práticas e saberes. Por isso, adentrou na disputa, já que está ciente de que o currículo é um campo em disputa, como afirma Arroyo (2013). Aqueles sujeitos visavam a conquista de um currículo não pensado para eles, mas a partir deles, do qual participassem ativamente, inclusive como construtores. Portanto, queriam dizer que conhecimentos são para eles importantes e deveriam ser transmitidos aos seus.

Após o reconhecimento da escola enquanto quilombola, a luta centrou-se na conquista por um currículo específico para o desenvolvimento da educação escolar quilombola. Ainda em 2020, a Prefeitura Municipal de Castanhal estabeleceu o Decreto nº 009/2020, que dispõe sobre o reconhecimento e a regulamentação da Educação Escolar Quilombola como modalidade de ensino na rede pública municipal, nas duas escolas quilombolas atualmente existentes, sendo uma delas a da comunidade São Pedro. Esse reconhecimento da educação escolar quilombola foi recebida como uma grande conquista para os quilombolas,

principalmente os da comunidade São Pedro, porém é um direito que não foi efetivado integralmente, visto que os alunos que estudam fora do território ainda não foram contemplados.

A diretriz para a Educação Escolar Quilombola pontua que o ensino da educação escolar quilombola deve ser desenvolvido nas escolas localizadas em territórios quilombolas e nas que recebem estudantes pertencentes a essas comunidades (BRASIL, 2012). Sendo assim, não é somente as escolas dos quilombos que precisam ter um currículo diferenciado, específico para o ensino da educação escolar que lhes é devida, mas também as que atendem esses alunos fora de seus territórios, pois eles também necessitam de um ensino que perpassa por suas realidades e fortaleça suas identidades.

Com o reconhecimento da escola enquanto quilombola e da sua educação escolar como modalidade de ensino, pareceu que a trajetória de luta da comunidade de São Pedro, em prol de uma educação escolar digna, estava próxima de se findar. Todavia, como sabemos, a luta dos oprimidos é diária e infundável. Assim, ainda havia problemas a serem enfrentados. A escola continuava nucleada à outra que, apesar de também estar localizada no campo, possui uma realidade diferente da existente em São Pedro. Sabemos que o campo é diverso, e cada localidade possui sua particularidade (HAGE, 2014). Assim, a luta da vez era pela desnucleação da escola, com o objetivo de ter mais autonomia.

Para a reivindicação desse direito, construíram no ano de 2022 um dossiê no qual retratam a realidade e peculiaridade da escola, solicitando assim o desmembramento dessa unidade de ensino. Como resposta, a Secretaria Municipal de Educação de Castanhal, a partir da Portaria nº 330/2022 de 28 de abril de 2022, resolveu desnuclear a escola da comunidade de São Pedro.

A partir desta última vitória, o desafio é a efetivação da Educação Escolar Quilombola na comunidade. Destaca-se, então, que a Secretaria Municipal de Educação contribuiu para a construção de uma proposta curricular para o desenvolvimento da modalidade de ensino, porém não ofertou formação para os professores que devem implementar tal proposta na escola. Como sabemos, não basta simplesmente ter conhecimento sobre a realidade do território, mas sim é preciso dominar cientificamente o que estrutura o ensino voltado à educação escolar quilombola.

Atualmente a escola da comunidade de São Pedro funciona nos turnos da manhã, tarde e noite. Atende alunos da educação infantil e do ensino fundamental, do primeiro ao sexto

ano. Praticamente todas as turmas são multisseriadas, com exceção do quinto e sexto ano. A escola oferece, ainda, o ensino fundamental completo, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. É em meio a todo esse cenário que a comunidade de São Pedro vem lutando para efetivar o ensino que legitime uma educação escolar verdadeiramente quilombola. Parafraseando Arruti (2017), é possível afirmar que a educação escolar nessa comunidade, assim como em todo o território nacional, é, ainda, um projeto em construção.

Considerações finais

Este trabalho possibilitou compreender que árdua e contínua tem sido a caminhada dos quilombolas da Comunidade de São Pedro por uma educação escolar que lhes é de direito. É perceptível a negligência com que foram e são tratados, mas também é explícito por parte dos sujeitos que vivem nessa comunidade a consciência das condições às quais são submetidos.

E é por se reconhecerem oprimidos que batalham em prol de uma educação que os ajude a se libertar. Sabem que o acesso ao conhecimento é poder e que, muitas vezes, as pessoas usam tal ferramenta para oprimir. No entanto, sabem também que, se ela pode ser usada como arma para dominar, igualmente pode fornecer meios e possibilidades para que os dominados superem tal condição.

Desse modo, entre muitos desafios e pequenas, mas significativas conquistas, a educação escolar quilombola vem se construindo na comunidade de São Pedro. Tal resultado é fruto da organização, luta, resistência e consciência de que outra educação, outra escola, outro ensino, outro currículo são possíveis.

Referências

- AIRES, Ana Maria Pereira; LEITE, Joana de Almeida Soares. Educação escolar quilombola: ausências e intencionalidades no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico. In: GARCIA, Maria de Fátima; SILVA, José Antonio Novaes da (Ogs.). *Africanidades, afrobrasilidades e processo (des)colonizador: contribuições à implementação da Lei 10.639/03*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. p. 114-153.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA edições, 2011. 196p.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. In: RIBEIRO, Djamila. *Feminismos plurais*. (org.). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.
- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 376p.

- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 336p.
- ARRUTI, José Maurício. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. *Revista Contemporânea de Educação*. Vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017, p. 107-142.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 fev. 2023
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.html. Acesso em: 10 fev. 2023
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em 10 fev. 2023.
- BRASIL. Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jun. 2018.
- Coletivo Nacional de Educação da Conaq. Apresentação. In: GIVÂNIA, Maria da Silva; SILVA, Romero Antonio de Almeida; DEALDINA, Selma dos Santos; ROCHA, Vanessa Gonçalves do (Orgs.). *Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 22-33. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2010
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília, 2ª edição: Líber Livro Editora, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª Edição, Paz e Terra. São Paulo, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 69. Paz e Terra: Ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154p
- GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. *Rev. Brasil. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, dez. 2000.
- HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, nº 129, p. 1165-1182, out-dez. 2014.

- IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. *Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimento*. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.
- IBIAPINA, Maria Lopes de Melo Ibiapina. Reflexões sobre a produção do campo teórico-metodológico das pesquisas colaborativas: gênese e expansão. In: IBIAPINA, I, M, L, M; BANDEIRA, H, M, M; ARAUJO, F, A, M. *Pesquisa Colaborativa: multirreferências e práticas convergentes*. 1. ed. Universidade Federal do Piauí: EDUFPI, 2016, p. 33-62.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. Editora Ática, 3 Edição. São Paulo, 1993.
- MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª edição, Brasília, 2005. p. 69-82. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjbnbuDzIH9AhX0rJUCHblJB3cQFnoECAwQAQ&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fsecad%2Farquivos%2Fpdf%2Fracismo_escola.pdf&usg=AOvVaw3IJQyNQMpBk8cEUoR3ObdN. Acesso em: 06 fev. 2023.
- MOURA, Glória et al. *Educação quilombola*. TV escola SEED-MEC, Secretaria de Educação a distância, Ministério da Educação. Salto para o Futuro, Boletim 10, junho de 2007. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjqZGvyYz9AhUEr5UCHZSWD0gQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.geledes.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F03%2FEducacao-quilombola.pdf&usg=AOvVaw3ioheKcasnoFSgi3QUUcfN>. Acesso em 7 fev. 2023.
- NUNES, Georgina Helena Lima. Educação formal e informal: diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs.). *Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 343-360.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os remanescentes de quilombolas na região do Tocantins (PA): história, cultura, educação e lutas por melhores condições de vida. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs.). *Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 271-303
- Professores. *Dossiê em prol do desmembramento da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Quilombola Fernando Nunes Rodrigues da escola sede municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paulo Freire*. São Pedro, Castanhal, 2022.
- REIS, Eládio. A colônia quilombola que Castanhal não conhecia. *Revista Independente*. Castanhal, 2006, p. 34-37.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos estudos CEBRAP 79, novembro de 2007, p. 71-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul.2020.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 156p.
- SOUZA, Bárbara Oliveira; SILVA, Givânia Maria da. *Educação quilombola: territorialidade, saberes e as lutas por direitos*. São Paulo: Jandaíra, 2021.